



## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CRIADO PELA LEI Nº 876 DE 23/12/2002

Av: Vereador Osvaldo Kushida, nº 536 – Tel.: (17) 3816-9604  
Centro – CEP: 15480-000 – Orindiúva - SP  
[www.educacao-orindiuva.com](http://www.educacao-orindiuva.com) e-mail – [educacao@orindiuva.sp.gov.br](mailto:educacao@orindiuva.sp.gov.br)

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **I - DO OBJETO**

Contratação empresa ou profissional habilitado para prestação de serviços de para ministrar, instruir e monitorar aulas de Judô, com conteúdo marciais e de técnicas de luta e defesa dentro da filosofia da modalidade.

#### **II – DETALHAMENTO DO OBJETO**

**2.1.** A prestação de serviços de instrução e monitoramento para as atividades completares das aulas de Judô, deverá atender toda a demanda dos alunos matriculados da rede municipal de ensino, se disponibilizando nos dias e horários pré-definidos pela Secretaria Municipal de Educação, sendo necessário no mínimo de uma aula semanal por turma, de acordo com os critérios técnicos do profissional de Judô, visando a continuidade e a qualidade do conteúdo das aulas. A quantidade de praticantes por turma será condizente com o espaço propício para as atividades de Judô, ministrando conteúdo das artes marciais e técnicas de luta e defesa dentro da filosofia do Judô e avaliação periódica e aplicação de exame (Troca de Faixa).

**2.2.** A prestação de serviços e/ou profissional ministrarão aulas 3 (três) vezes por semana, seguindo os critérios da Secretaria Municipal de Educação. As aulas terão duração de 60 minutos, sendo divididas por 4 (quatro) turmas por dia, totalizando uma carga horaria de trabalho de 12 horas semanais, conforme horários abaixo:

<b>Turma</b>	<b>Horários</b>	<b>Dias da Semana</b>
JUDÔ I	14H10/15H - TERÇA E 13H10/14H	QUINTA-FEIRA
JUDÔ II	14H10/15H - TERÇA E SEXTA-FEIRA	
JUDÔ III	15H10/16H - TERÇA E SEXTA-FEIRA	
JUDÔ IV	16H10/17H - TERÇA E QUINTA-FEIRA	
JUDÔ KIDS	13H10/14H - TERÇA E SEXTA-FEIRA	
JUDÔ V	17H10/18H	TERÇA-FEIRA E 15H10/16H QUINTA-FEIRA
JUDÔ VI -	17H10/18H - TERÇA-FEIRA E 16H10/17H	QUINTA-FEIRA
JUDÔ KIDS	13H10/14H - TERÇA E SEXTA-FEIRA	

### **III - RELAÇÃO DE ALUNOS**

No decorrer do ano letivo poderá haver alteração no número de matrículas conforme aumento da demanda.

<b>Dias / horários das aulas</b>	<b>Alunos</b>
JUDÔ I 14H10/15H - TERÇA E 13H10/14H QUINTA-FEIRA	18
JUDÔ II 14H10/15H - TERÇA E SEXTA-FEIRA	18
JUDÔ III 15H10/16H - TERÇA E SEXTA-FEIRA	16
JUDÔ IV 16H10/17H - TERÇA E QUINTA-FEIRA	15
JUDÔ KIDS 13H10/14H - TERÇA E SEXTA-FEIRA	11
JUDÔ V 17H10/18H TERÇA-FEIRA E 15H10/16H QUINTA-FEIRA	16
JUDÔ VI - 17H10/18H - TERÇA-FEIRA E 16H10/17H QUINTA-FEIRA	18
JUDÔ KIDS 13H10/14H - TERÇA E SEXTA-FEIRA	8
	<b>120</b>

### **IV - ETAPAS DAS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS DURANTE O ANO**

<b>Plano de aula anual – Atividades Complementares de Judô</b>			
<b>Rotina do treino de Judô (Exercícios)</b>	<b>Conteúdos</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Benefícios</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Introdução a disciplina e valores das artes marciais</li> <li>• Aquecimento</li> <li>• Alongamento</li> <li>• Fundamentos Técnicos (Instrução e correção de técnicas)</li> <li>• Ukemi (Exercícios para prevenção de quedas)</li> <li>• Uchi-komi (Exercício de simulação de golpes)</li> <li>• Nage-ai (Treino com golpes e quedas previamente combinado)</li> <li>• Randori (Treino de luta)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exercícios específicos da modalidade (Judô)</li> <li>• Posturas, cumprimentos</li> <li>• Rolamentos e quedas</li> <li>• Aplicação de golpes</li> <li>• Fortalecimento físico e motor</li> <li>• Circuito de agilidade / motricidade</li> <li>• Exercícios Lúdico recreativos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciar os alunos nas vivências e condutas da filosofia das artes marciais</li> <li>• Trabalhar as quedas praticadas no judô de forma lúdica</li> <li>• Iniciação prática de golpes básicos</li> <li>• Domínio das ações motoras e locomoções</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Busca estimular a determinação e foco, bem como a absorção e aplicação do conteúdo esportivo e filosófico do Judô na rotina e formação do indivíduo.</li> <li>• Trocas de experiências</li> <li>• Fortalecimento muscular</li> <li>• Determinação, amizade e valores</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecimento muscular (Isométrico/Isotônico)</li> <li>• Motricidade e Lateralidade (Exercícios para lapidar coordenação motora)</li> <li>• Disputas Recreativo: jogos e brincadeiras de oposição (Brincadeiras propostas dentro do conteúdo de exercícios do Judô; Jogo dos cones, Pega-pega corrente, Carriolinha)</li> <li>• Volta à calma (Relaxamento pós-treino);</li> <li>• Preparatórios para avaliação e troca de faixas</li> <li>• Oficinas de atividades recreativas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exercícios focados para avaliação de troca de faixas</li> <li>•</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estimular ações motoras, físicas e de conduta.</li> <li>• Trabalhar com o aluno métodos pedagógicos que os auxiliem na quedas e realizações de movimentos (golpes)</li> <li>• Construir outras possibilidades de movimentar corporalmente</li> </ul>
--	---	--	---

## **V - JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

**5.1.** Com a implementação da Lei 1.654, de 27 de outubro de 2023, que institui a Política Municipal de Educação em Tempo Integral, da Rede Municipal de Orindiúva-SP, se faz necessário criar ações que implementam a promoção da formação integral do aluno, motivo pelo qual se faz necessário a contratação empresa ou profissional habilitado para prestação de serviços de para ministrar, instruir e monitorar aulas Judô, uma vez que consta na matriz curricular das unidades escolares atividades complementares previstas no Decreto Nº 1.939, 24 de janeiro de 2024.

**5.2.** Nestes temos, o projeto visa proporcionar aos alunos da rede municipal o acesso ao esporte e a cultura como potencializadores da construção de saberes e conhecimento; estabelecer uma rede de articulações das atividades com diferentes instituições e organizações para oferta das atividades estruturantes da Política Municipal de Educação em Tempo Integral; assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; oportunizar ao aluno a aquisição de conhecimentos filosóficos, históricos e morais do Judô; favorecer os conhecimentos técnicos durante as aulas práticas e teóricas, conscientizando o aluno sobre a sua importância e repercussão na sociedade, como um indivíduo consciente de suas obrigações morais e éticas para com os demais; dominar os conteúdos técnicos e como utiliza-los durante a prática nas aulas e como se utilizar destes no seu cotidiano e para a vida e fortalecer o caráter, valores e princípios de



## **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** **CRIADO PELA LEI Nº 876 DE 23/12/2002**

Av: Vereador Osvaldo Kushida, nº 536 – Tel.: (17) 3816-9604  
Centro – CEP: 15480-000 – Orindiúva - SP  
[www.educacao-orindiuvva.com](http://www.educacao-orindiuvva.com) e-mail – [educacao@orindiuvva.sp.gov.br](mailto:educacao@orindiuvva.sp.gov.br)

maneira gradativa bem como promover a saúde e exercícios no ambiente social dos envolvidos.

### **VI – METAS A SEREM ATINGIDAS**

Garantir que todos os alunos matriculados nas atividades complementares das aulas de Judô tenham participação assíduas nas aulas; reduzir os índices de evasão escolar, de abandono e de reprovação; ampliar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB tanto no componente de fluxo quanto no de proficiência e os resultados da avaliação da alfabetização ou sistema que vier a substituí-lo, de acordo com as metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação; assegurar uma vida saudável, promovendo o bem-estar para todos, em todas as idades e assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos os alunos do atendimento educacional especializado.

### **VII - JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE**

Atualmente atenderemos em média 100 alunos que já estão matriculados para as aulas de Judô.

### **VIII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**8.1.** As aulas de Judô são componentes curriculares que integram o currículo básico da Rede Municipal de Educação de Orindiúva, como atividades complementares, que fazem parte do Decreto nº 1.939, 24 de janeiro de 2024.

**8.2.** O Judô deverá auxiliar no desenvolvimento integral do alunos conforme a Lei 1.654, de 2023, proporcionando aprendizagem que favoreçam no desenvolvimento das habilidades, físicas, motoras, de convivência social e fortalecimento da autoestima dos alunos de maneira extremamente positiva.

**8.3.** Durante as aulas o aprimoramento dos alunos será contínuo, enquanto praticante o levando aos alunos a buscar por: disciplina, respeito, educação, condicionamento físico, técnica e humildade.

**8.4.** Pelas justificativas apresentadas, conclui-se que a melhor solução que se apresenta é a contratação de profissional habilitado, considerando que o Município não conta com servidores com formação em Judô.

### **IX - CLASSIFICAÇÃO COMO SERVIÇO COMUM**

Consideram-se serviços comuns, para os fins e efeitos do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado. Este o caso da pretendida contratação.



## **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** **CRIADO PELA LEI Nº 876 DE 23/12/2002**

Av: Vereador Osvaldo Kushida, nº 536 – Tel.: (17) 3816-9604  
Centro – CEP: 15480-000 – Orindiúva - SP  
[www.educacao-orindiuva.com](http://www.educacao-orindiuva.com) e-mail – [educacao@orindiuva.sp.gov.br](mailto:educacao@orindiuva.sp.gov.br)

### **X - PRAZOS E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**10.1.** A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do instrumento contratual, podendo ser sucessivamente prorrogado.

**10.2.** O recebimento dos serviços somente ocorrerá mensalmente, após sua execução, pelo servidor responsável por seu acompanhamento e fiscalização.

### **XI - FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

A pretendida contratação dar-se-á por meio de dispensa, com julgamento pelo critério de menor preço global.

### **XII - HABILITAÇÃO**

Os seguintes documentos são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação e serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021:

#### **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a)** Documento de identidade (RG ou CNH) e CPF – Cadastro de Pessoa Física;
- b)** Registro Comercial no caso de empresa individual;
- c)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, no caso de sociedades mercantis e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetivos sociais, a execução de atividade da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação.
- d)** Decreto de autorização em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- a)** Prova de regularidade para com as Fazendas: Federal, Estadual e Municipal (mobiliário) do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame:
- b)** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (disponível no site: [www.sifge.caixa.gov.br](http://www.sifge.caixa.gov.br));



## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CRIADO PELA LEI Nº 876 DE 23/12/2002

Av: Vereador Osvaldo Kushida, nº 536 – Tel.: (17) 3816-9604  
Centro – CEP: 15480-000 – Orindiúva - SP  
[www.educacao-orindiuva.com](http://www.educacao-orindiuva.com) e-mail – [educacao@orindiuva.sp.gov.br](mailto:educacao@orindiuva.sp.gov.br)

c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT) ou certidão positiva com efeitos de negativa (disponível no site: [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br)).

### **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

a) Prova de formação em instrutor de Artes Marciais, Faixa Preta 1º DAN SHODAN – Diplomado e federado junto a Federação Paulista de JUDÔ, Reconhecido e Certificado pela CBJ - Confederação Brasileira de JUDÔ, instrutor Keisei No Michi certificado junto a FPJ;

b) Atestado expedido por pessoa de direito público ou privado comprovando que o profissional possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviços de características semelhantes.

c) A comprovação do vínculo do profissional far-se-á através de cópia do contrato social; do registro da CTPS; ficha de empregado ou contrato de trabalho.

### **XIII - OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### **13.1. Obrigações da Contratada:**

1) Responsabilizar-se integralmente pela prestação dos serviços conforme plano de trabalho apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, ministrando aulas semanais, com duração de 60 (sessenta) minutos;

2) Planejar as aulas e fornecer instrutores qualificados para sua ministração, através de padrões técnicos apropriados;

3) Fornecer e registrar frequência dos alunos, devendo acompanhar a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento);

4) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE**, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento exercitado pelo **CONTRATANTE**;

5) Dar ciência imediata e por escrito ao **CONTRATANTE** sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto do contrato, assim como prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre a prestação dos serviços;

**13.1.1.** Constituirá, ainda, obrigação da **CONTRATADA**, a responsabilidade oriunda dos direitos trabalhistas e previdenciários, encargos fiscais e outras despesas operacionais, tais como os materiais utilizados, incluindo tatames, pagamento dos instrutores e auxiliares, diárias, alimentação, estadias, locomoção, etc.





## **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** **CRIADO PELA LEI Nº 876 DE 23/12/2002**

Av: Vereador Osvaldo Kushida, nº 536 – Tel.: (17) 3816-9604  
Centro – CEP: 15480-000 – Orindiúva - SP  
[www.educacao-orindiuva.com](http://www.educacao-orindiuva.com) e-mail – [educacao@orindiuva.sp.gov.br](mailto:educacao@orindiuva.sp.gov.br)

### **13.2. Obrigações do Município:**

1) Indicar, formalmente, o servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do futuro contrato;

2) Facilitar, por todos os meios, o cumprimento das obrigações por parte da **CONTRATADA**, dando acesso às suas instalações, facultando-lhes o uso de equipamentos, materiais permanentes e de consumo, bem como promovendo o bom entendimento com os servidores públicos municipais;

3) Prestar aos profissionais da **CONTRATADA** informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza da prestação dos serviços objeto deste contrato;

### **XIV - DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **XV - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1. A execução do contrato será fiscalizada pela servidora Larissa Martin Borges de Almeida.

15.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

15.3. A representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### **XVI - DO PAGAMENTO**

Os pagamentos serão efetuados em doze parcelas mensais, até o 5º (quinto) dia útil após o mês vencido.

### **XVII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

17.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;



## **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** **CRIADO PELA LEI Nº 876 DE 23/12/2002**

Av: Vereador Osvaldo Kushida, nº 536 – Tel.: (17) 3816-9604  
Centro – CEP: 15480-000 – Orindiúva - SP  
[www.educacao-orindiuva.com](http://www.educacao-orindiuva.com) e-mail – [educacao@orindiuva.sp.gov.br](mailto:educacao@orindiuva.sp.gov.br)

**17.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**17.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;

**17.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**17.1.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**17.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**17.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**17.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**17.1.9.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**17.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**17.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**11.1.12.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**17.2.** Pela inexecução total ou parcial do serviço, a Administração poderá aplicar ao contratado as seguintes sanções:

**a)** Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o contratante;

**b)** Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

**c)** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do serviço, no caso de inexecução total do objeto. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**d)** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;





## **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

### **CRIADO PELA LEI Nº 876 DE 23/12/2002**

Av: Vereador Osvaldo Kushida, nº 536 – Tel.: (17) 3816-9604  
Centro – CEP: 15480-000 – Orindiuva - SP  
[www.educacao-orindiuva.com](http://www.educacao-orindiuva.com) e-mail – [educacao@orindiuva.sp.gov.br](mailto:educacao@orindiuva.sp.gov.br)

**e)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir o contratante pelos prejuízos causados.

**17.3.** As sanções previstas nessa sessão poderão ser aplicadas ao contratado acompanhada de multa.

**17.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

**17.5.** As multas devidas e/ou prejuízos causados ao contratante serão recolhidos em favor do Município de Orindiuva, cobrados judicialmente.

**17.6.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**17.7.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**17.8.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**17.8.1.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**17.8.2.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

## **XVIII - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da pretendida contratação correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, observada a seguinte classificação: 12.361.0150.2087.0000 Ensino Fundamental EM “Prof. Osvaldo Alves Ferreira”;



**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CRIADO PELA LEI Nº 876 DE 23/12/2002**

Av: Vereador Osvaldo Kushida, nº 536 – Tel.: (17) 3816-9604  
Centro – CEP: 15480-000 – Orindiúva - SP  
[www.educacao-orindiuva.com](http://www.educacao-orindiuva.com) e-mail – [educacao@orindiuva.sp.gov.br](mailto:educacao@orindiuva.sp.gov.br)

12.361.0150.288.0000 Ensino Fundamental EMEF “Joaquim Mendonça”;  
12.365.0160.2086.000 Pré Escola EMEI “Luiz Adriano da Costa”; 3.3.90.39.99  
Outros serviços de terceiros pessoa jurídica. Fonte dos Recursos: 01 – Tesouro.

**XIX - ESTIMATIVA DE CUSTO**

O valor estimado da contratação é da ordem de até R\$ 48.848,16 (quarenta e oito mil, oitocentos e quarenta e oito reais e dezesseis centavos), conforme pesquisa prévia de preços praticados no mercado, realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Portal BLL Compras e diretamente com fornecedores, consoante o quadro de cotação anexo ao presente Termo.

Orindiúva, 07 de outubro de 2024.

Larissa Martin Borges de Almeida  
Diretora da Secretaria Municipal de Educação



## QUADRO DE COTAÇÕES

COTAÇÃO	DATA	DESCRIÇÃO	
00062/24	22/05/2024	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS PRESTADOS DE AULAS DE JUD	
ABERTURA	ENCERRAMENT	CENTRO DE CUSTO	RESPONSÁVEL
23/09/2024	23/09/2024	EDUCAÇÃO E CULTURA	LARISSA MARTIN BORGES DE ALMEIDA

PRODUTO					
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO			UNIDADE	QUANTIDADE
1	028.009.113	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS PRESTADOS DE		UN	12
PROPOSTENTES					
	CODIGO	NOME		VLR UNIT.	TOTAL
	13219	ASF TOMITA LTDA		2.640,00	31.680,00
	13221	W. B. TREINAMENTOS PROFISSIONAIS LTDA		3.355,70	40.268,40
	13222	52.426.009 JAQUELINE BEATRIZ DA CRUZ		3.598,08	43.176,96
	13220	54.187.499 VINICIUS NATUS		3.960,00	47.520,00
	6790	PAULO ROGERIO SANTAGNELO 32285066813		4.950,00	59.400,00
	13175	53.829.410 TAYLA MONIZE DA SILVA		4.991,00	59.892,00
	13176	FABRICIO TADEU DE BRITO 33300563801		5.000,00	60.000,00
PROPOSTENTE VENCEDOR				VLR UNIT.	TOTAL
13219	ASF TOMITA LTDA			2.640,00	31.680,00
PREÇO MÉDIO DO ÍTEM				4.070,68	48.848,16

RELAÇÃO DE PROPOSTENTES PARTICIPANTES			
CÓDIGO	PROPOSTENTES		VALOR
6790	PAULO ROGERIO SANTAGNELO 32285066813	32.350.619/0001-12	59.400,00
13175	53.829.410 TAYLA MONIZE DA SILVA	53.829.410/0001-06	59.892,00
13176	FABRICIO TADEU DE BRITO 33300563801	42.255.621/0001-66	60.000,00
13219	ASF TOMITA LTDA	54.674.181/0001-60	31.680,00
13220	54.187.499 VINICIUS NATUS	54.187.499/0001-17	47.520,00
13221	W. B. TREINAMENTOS PROFISSIONAIS LTDA	53.976.616/0001-69	40.268,40
13222	52.426.009 JAQUELINE BEATRIZ DA CRUZ	52.426.009/0001-62	43.176,96

RELAÇÃO DOS PROPOSTENTES VENCEDORES		
CÓDIGO	PROPOSTENTES	VALOR
13219	ASF TOMITA LTDA	31.680,00
	TOTAL DOS PROPOSTENTES VENCEDORES	31.680,00

Aprovado por:

Digitador (a)



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA  
PRAÇA MARIA DIAS N.º 614 – CENTRO  
CEP.: 15480-007 – FONE: (17) 3816-9600  
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br  
Orindiúva/SP

## **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO**

### **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2024**

**Termo de Contrato Administrativo nº \_\_\_\_/2024 que celebram entre si o Município de Orindiúva e a empresa \_\_\_\_\_, tendo \_\_\_\_\_ por \_\_\_\_\_ objeto \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_.**

O **Município de Orindiúva**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 45.148.970/0001-77, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizada na Praça Maria Dias, nº 614, Bairro Centro, na cidade de Orindiúva, Estado de São Paulo, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, a Senhora **Mireli Cristina Leite Ruvieri Martins**, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº \_\_\_\_\_, inscrita no CPF sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada na \_\_\_\_\_, doravante denominado, simplesmente, **contratante**, e a empresa \_\_\_\_\_, localizada na \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, Inscrição Municipal na cidade de \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, telefone nº (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu(ua), o(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade (RG) nº \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) na \_\_\_\_\_, de agora em diante denominada simplesmente **contratada**, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº \_\_\_\_/2024, mediante as seguinte cláusulas e condições.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA** **DO OBJETO**

Constitui objeto deste contrato a \_\_\_\_\_, de acordo com as seguintes quantidades, especificações e preços:

<b>ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</b>
--------------------------------



**MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA**  
PRAÇA MARIA DIAS N.º 614 – CENTRO  
CEP.: 15480-007 – FONE: (17) 3816-9600  
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br  
Orindiúva/SP

Item	Qtd	Un.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	1	UN		R\$ _____	R\$ _____
<b>Valor Total Geral:</b> R\$ _____ (_____)					

**§ 1º.** São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**I** - O Termo de Referência que embasou a contratação;

**II** - A Autorização de Contratação Direta;

**III** - A Proposta da Contratada.

**§ 2º.** A **contratada** declara expressamente, sob as penas da lei, que está técnica, econômica e financeiramente apta à execução dos serviços objeto deste instrumento contratual.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA** **DA EXECUÇÃO DO SERVIÇOS**

Os serviços deverão ser prestados rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas no detalhamento de seu objeto (Requisição – Termo de referência), implicando a não observância dessa condição na recusa dos mesmos, não se responsabilizando o Município de Orindiúva por qualquer indenização.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA** **SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA QUARTA** **PAGAMENTO**

O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**§ 1º.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



**MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA**  
PRAÇA MARIA DIAS N.º 614 – CENTRO  
CEP.: 15480-007 – FONE: (17) 3816-9600  
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br  
Orindiúva/SP

**§ 2º.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**§ 3º.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**§ 4º.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

**§ 5º.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**§ 6º.** No caso de atraso pelo **contratante**, os valores devidos ao **contratado** serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA/IBGE.

**§ 7º.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

**§ 8º.** Quando houver glosa parcial do objeto, o **contratante** deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

**§ 9º.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**I** - o prazo de validade;

**II** - a data da emissão;

**III** - os dados do contrato e do órgão contratante;

**IV** - o período respectivo de execução do contrato;

**V** - o valor a pagar; e

**VI** - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**§ 10.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará





**MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA**  
PRAÇA MARIA DIAS N.º 614 – CENTRO  
CEP.: 15480-007 – FONE: (17) 3816-9600  
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br  
Orindiúva/SP

sobrestado até que o **contratado** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

§ 11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line*, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68 da Lei nº 14.133/2021.

§ 12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para: **a)** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; **b)** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

§ 13. Constatando-se, a situação de irregularidade do **contratado**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **contratante**.

§ 14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o **contratante** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do **contratado**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

§ 15. Persistindo a irregularidade, o **contratante** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

§ 16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o **contratado** não regularize sua situação.

§ 17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

§ 18. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



**MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA**  
PRAÇA MARIA DIAS N.º 614 – CENTRO  
CEP.: 15480-007 – FONE: (17) 3816-9600  
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br  
Orindiúva/SP

**§ 19.** O **contratado** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**CLÁUSULA QUINTA**  
**DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**5.1.** Caberá ao **contratante**:

**I** – Efetuar o pagamento nos prazos e condições pactuadas;

**II** – Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato;

**III** – Notificar por escrito a ocorrência de qualquer irregularidade durante a execução dos serviços.

**CLÁUSULA SEXTA**  
**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Caberá à **contratada**:

**I** – Fornecer pessoal especializado (devidamente treinado e uniformizado), equipamentos e acessórios necessários ao pleno desenvolvimento do objeto deste Termo de Referência, parte integrante deste instrumento contratual, independentemente de transcrição;

**II** - Arcar com todas as despesas para o efetivo atendimento do objeto contratado, tais como transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e securitários;

**III** - Zelar pela disciplina nos locais da execução do objeto, retirando qualquer funcionário com conduta considerada inconveniente pelo **contratante**;

**IV** - Observar as boas práticas, técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização do objeto, de sua inteira responsabilidade, respondendo em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores;

**V** - Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias para atendimento de seus funcionários acidentados ou com mal súbito;



**MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA**  
PRAÇA MARIA DIAS N.º 614 – CENTRO  
CEP.: 15480-007 – FONE: (17) 3816-9600  
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br  
Orindiúva/SP

**VI** - Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente ao **contratante** ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, na execução do objeto deste contrato;

**VII** - Manter preposto que representará e acompanhará a execução deste contrato;

**VIII** - Fornecer a supervisão e a administração necessárias à execução do objeto contratual;

**IX** - Não transferir, no todo ou em parte, o presente contrato;

**X** - Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;

**XI** - Apresentar ao **contratante**, quando solicitada, comprovantes de pagamentos de salários, apólices de seguro contra acidente de trabalho, quitação de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias relativas aos seus empregados que foram alocados à prestação dos serviços objeto desta contratação;

**XII** - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança do **contratante**;

**XIII** - Cumprir todas as exigências constantes do Termo de Referência e do Edital do processo licitatório precedente;

**XIV** - Responsabilizar-se civil e criminalmente responsáveis por qualquer dano ou acidente que venha causar na execução dos serviços, objeto deste contrato;

**XV** - Responsabilizar-se, exclusivamente, pela segurança dos participantes do evento, inclusive do público, bem como pelo pagamento de indenizações eventualmente devidas;

**XVI** - manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

**§ 1º.** A **contratada** será responsável, ainda, pelas seguintes obrigações:



**MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA**  
PRAÇA MARIA DIAS N.º 614 – CENTRO  
CEP.: 15480-007 – FONE: (17) 3816-9600  
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br  
Orindiúva/SP

**a)** despesas com transporte, alimentação, alojamento e hospedagem dos seus profissionais e todas as demais pessoas envolvidas na prestação dos serviços;

**b)** tributos, encargos sociais, trabalhistas e securitários que recaiam sobre a prestação dos serviços;

**c)** pagamentos indenizatórios por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados no desempenho dos serviços objeto do presente contrato.

**§ 2º.** Caberá à **contratada** responder integralmente pelas obrigações contratuais, não respondendo o Município de Orindiúva, em hipótese alguma, subsidiária ou solidariamente, por qualquer verba de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária.

**§ 3º.** Serão também da inteira responsabilidade da **contratada** todos os seguros necessários, inclusive os relativos à garantia financeira para aquisição de equipamentos, a responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual de danos materiais ou pessoais causados aos seus empregados ou a terceiros.

**§ 4º.** A **contratada** se compromete a observar e fazer cumprir a legislação trabalhista pertinente a seus empregados, em especial às normas de segurança e medicina do trabalho, na prestação dos serviços contratados.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA** **DO PRAZO DO CONTRATO**

O prazo de duração deste contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante apresentação de justificativa aceita pela Administração e celebração do competente termo aditivo.

#### **CLÁUSULA OITAVA** **DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE** **DADOS - LEI Nº 13.709/2018**

É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**§ 1º.** As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da



**MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA**  
PRAÇA MARIA DIAS N.º 614 – CENTRO  
CEP.: 15480-007 – FONE: (17) 3816-9600  
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br  
Orindiúva/SP

execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

**§ 2º.** As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

**§ 3º.** Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o **contratante**, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da **contratada**, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial.

**§ 4º.** A **contratada** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **contratante**.

**§ 5º.** A **contratada** fica obrigada a comunicar ao **contratante**, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências estabelecidas pelo artigo 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

#### **CLÁUSULA NONA** **GARANTIA DE EXECUÇÃO**

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA** **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o **contratado** que:

**a)** der causa à inexecução parcial do contrato;

**b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



**MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA**  
PRAÇA MARIA DIAS N.º 614 – CENTRO  
CEP.: 15480-007 – FONE: (17) 3816-9600  
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br  
Orindiúva/SP

- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i)** fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l)** praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de 2013.

**§ 1º.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

**a) Advertência**, quando o **contratado** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §2º, da Lei);

**b) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g desta cláusula, sempre que





**MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA**  
PRAÇA MARIA DIAS N.º 614 – CENTRO  
CEP.: 15480-007 – FONE: (17) 3816-9600  
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br  
Orindiúva/SP

não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §4º, da Lei);

**c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l desta cláusula, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §5º, da Lei).

**d)** multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre este contrato.

**§ 2º.** A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **contratante** (artigo 156, §9º).

**§ 3º.** Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (artigo 156, §7º).

**§ 4º.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (artigo 157).

**§ 5º.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **contratante** ao **contratado**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (artigo 156, §8º).

**§ 6º.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**§ 7º.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **contratado**, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**§ 8º.** Na aplicação das sanções serão considerados (artigo 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;



**MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA**  
PRAÇA MARIA DIAS N.º 614 – CENTRO  
CEP.: 15480-007 – FONE: (17) 3816-9600  
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br  
Orindiúva/SP

- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **contratante**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§ 9º.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (artigo 159).

**§ 10.** A personalidade jurídica do **contratado** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **contratado**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (artigo 160).

**§ 11.** O **contratante** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Artigo 161).

**§ 12.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** **DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

Constituem motivos para extinção do presente contrato:

- I** - não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, de especificações ou de prazos;
- II** - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;



**MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA**  
PRAÇA MARIA DIAS N.º 614 – CENTRO  
CEP.: 15480-007 – FONE: (17) 3816-9600  
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br  
Orindiúva/SP

**III** - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

**IV** - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do **contratado**;

**V** - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

**VI** - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do **contratante**.

**§ 1º.** O **contratado** terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

**I** - supressão, por parte da Administração, de serviços que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no artigo 125 da Lei 14.133/2021;

**II** - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

**III** - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

**IV** - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

**§ 2º.** A extinção do contrato poderá ser:

**I** - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**II** - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

**III** - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**§ 3º.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.



**MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA**  
PRAÇA MARIA DIAS N.º 614 – CENTRO  
CEP.: 15480-007 – FONE: (17) 3816-9600  
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br  
Orindiúva/SP

**§ 4º.** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o **contratado** será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

**I** - devolução da garantia;

**II** - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

**III** - pagamento do custo da desmobilização.

**§ 5º.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas em lei, as seguintes consequências:

**I** - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

**II** - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

**III** - execução da garantia contratual para:

**a)** ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

**b)** pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

**c)** pagamento das multas devidas à Administração Pública;

**d)** exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

**IV** - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento vigente, observada a seguinte classificação:

\_\_\_\_\_.



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA  
PRAÇA MARIA DIAS N.º 614 – CENTRO  
CEP.: 15480-007 – FONE: (17) 3816-9600  
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br  
Orindiúva/SP

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** **DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pelo **contratante**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** **ALTERAÇÕES**

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

§ 1º. O **contratado** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§ 2º. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

§ 3º. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** **PUBLICAÇÃO**

Incumbirá ao **contratante** providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** **DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A execução do contrato deverá ser fiscalizada e acompanhada por representante do **contratante**, através da unidade demandante, que anotará em registro próprio todas as ocorrências verificadas e determinará o que for necessário para a regularização das faltas observadas, a fim de expedir o atestado de execução.



**MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA**  
PRAÇA MARIA DIAS N.º 614 – CENTRO  
CEP.: 15480-007 – FONE: (17) 3816-9600  
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br  
Orindiúva/SP

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA**  
**DO FORO**

Fica eleito como competente o foro da Comarca de Paulo de Faria, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

E assim, por estarem as partes justas e convencionadas, assinam o presente instrumento contratual em três vias de igual e inteiro teor, na presença de duas testemunhas, que a tudo assistiram e tiveram conhecimento, também signatárias, para que produza todos os efeitos legais.

Orindiúva, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**Mireli Cristina Leite Ruviéri Martins**  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_

RG nº. \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_

RG nº. \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_





**MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA**  
PRAÇA MARIA DIAS N.º 614 – CENTRO  
CEP.: 15480-007 – FONE: (17) 3816-9600  
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br  
Orindiúva/SP

**ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)**  
**(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA

CONTRATADO: \_\_\_\_\_

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_/2024

OBJETO:

\_\_\_\_\_.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2 Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA: Orindiúva, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.**



**MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA**  
PRAÇA MARIA DIAS N.º 614 – CENTRO  
CEP.: 15480-007 – FONE: (17) 3816-9600  
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br  
Orindiúva/SP

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU  
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).*



**MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA**  
PRAÇA MARIA DIAS N.º 614 – CENTRO  
CEP.: 15480-007 – FONE: (17) 3816-9600  
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br  
Orindiúva/SP

**ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-  
SP**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA

CNPJ N.º: 45.148.970/0001-77

CONTRATADA: \_\_\_\_\_

CNPJ N.º: \_\_\_\_\_

CONTRATO N.º (DE ORIGEM): 00\_\_ / 2024

DATA DA ASSINATURA: \_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2024

VIGÊNCIA: \_\_ / \_\_ / 2024 ATÉ \_\_ / \_\_ / 2025

OBJETO:

\_\_\_\_\_  
VALOR (R\$): \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

*Em se tratando de obras/serviços de engenharia:*

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

LOCAL e DATA: \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

RESPONSÁVEL:

\_\_\_\_\_  
Mireli Cristina Leite Ruvieri Martins  
Prefeita Municipal  
prefeitura@orindiuva.sp.gov.br